



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2019**

## SUMÁRIO

	FOLHA
<b>1 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>3 e 4</b>
<b>2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>5</b>
<b>3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>6</b>
<b>4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>7</b>
<b>6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8</b>
<b>7 NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>9 a 34</b>
<b>8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>35 a 39</b>

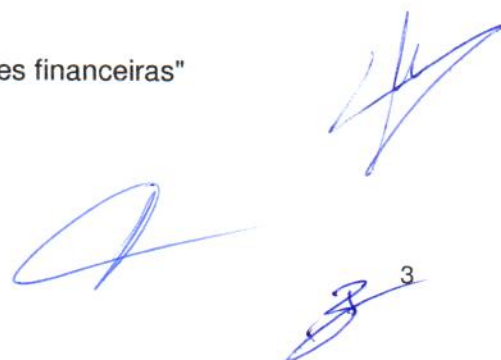
## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>92.396</b>	<b>80.990</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	37.878	42.886
Clientes	6	47.962	30.209
Outros Créditos	8	5.255	4.772
Tributos Compensáveis	9	1.212	-
Despesas Antecipadas	10	89	3.123
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>545.076</b>	<b>571.185</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>24.458</b>	<b>23.590</b>
Energia Elétrica - CCEE	25	1.909	-
Depósitos Judiciais	11	120	115
Tributos Diferidos	12	22.222	23.475
Adiantamento a Acionistas		207	-
<b>Imobilizado</b>	13	<b>365.690</b>	<b>383.994</b>
<b>Intangível</b>	14	<b>154.496</b>	<b>163.601</b>
<b>Direito de Uso</b>	15	<b>432</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>637.472</b>	<b>652.175</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Dezembro de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>85.647</b>	<b>124.880</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	16	296	268
Fornecedores	17	3.684	3.996
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	4.725	27.990
Outras Obrigações Fiscais	19	1.394	2.282
Dividendos a Pagar	20	-	19.083
Concessão de Uso de Bem Público	21	67.401	62.813
Pequisa e Desenvolvimento	22	7.640	7.412
Outras Contas a Pagar	23	507	1.036
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>508.966</b>	<b>473.318</b>
Litígios Regulatórios	25	12.318	-
Concessão de Uso de Bem Público	21	496.355	473.318
Direito de Uso	15	293	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>42.859</b>	<b>53.977</b>
Capital Social	27.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.3	255	255
Reserva Legal	27.2	7.101	7.101
Lucro do Exercício		26.125	-
( - ) Dividendos Intermediarios	27.5	(26.332)	-
Dividendos Adicionais Propostos	27.4	-	11.118
Adiantamento a Acionistas	27.6	207	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>637.472</b>	<b>652.175</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"



**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**( Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação )**

	NE nr.	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	28	<b>218.420</b>	<b>293.942</b>
( - ) Custos Operacionais	29	(80.432)	(83.550)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>137.988</b>	<b>210.392</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(5.804)</b>	<b>(6.381)</b>
Despesas Administrativas	30.1	(5.804)	(6.408)
Outras receitas		-	27
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>132.184</b>	<b>204.011</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(92.728)</b>	<b>(89.301)</b>
Receitas financeiras	31	2.390	1.750
Despesas financeiras	31	(95.118)	(91.051)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>39.456</b>	<b>114.710</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(13.331)</b>	<b>(38.379)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(12.078)	(37.079)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	12	(1.253)	(1.300)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>26.125</b>	<b>76.331</b>
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>0,433</i>	<i>1,266</i>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "



### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>26.125</b>	<b>76.331</b>
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>26.125</b>	<b>76.331</b>

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros				Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros (prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.100</b>	<b>-</b>	<b>18.868</b>	<b>-</b>	<b>61.726</b>
Lucro do exercício 2018	-	-	-	-	-	76.331	76.331
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal	-	-	1	-	-	-	1
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>11.118</b>	<b>-</b>	<b>53.977</b>
Lucro do exercício 2019	-	-	-	-	-	26.125	26.125
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(11.118)	-	(11.118)
Dividendos distribuídos antecipadamente 27.5	-	-	-	-	-	(26.332)	(26.332)
Adiantamento a Acionistas 27.6	-	-	-	-	-	207	207
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.859</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "





**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

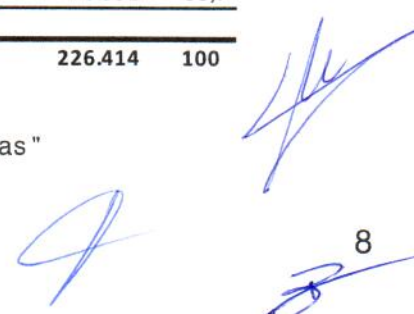
	NE nr.	31/12/2019	31/12/2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		26.125	76.331
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	13	18.636	16.452
Amortização de intangível	14	9.105	8.962
Variações monetárias não realizadas	31	94.609	90.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.253	1.300
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	29	3.033	9.098
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Clientes	6	(6.647)	(4.829)
Outros créditos	8	(483)	(50)
Despesas pagas antecipadamente	10	2	(20)
Tributos compensáveis		(1.212)	-
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações sociais/trabalhistas	16	28	46
Fornecedores	17	(312)	672
Imposto de renda e contribuição social	18	(23.265)	(8.974)
Outras obrigações fiscais	19	(1.645)	136
Pagamento de encargos de debêntures		-	(893)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	31	(67.086)	(61.305)
Pesquisa e desenvolvimento	22	228	(55)
Outros valores a pagar	23	(530)	(579)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>51.839</b>	<b>127.109</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	13	(314)	(2.659)
Adições no intangível		-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(314)</b>	<b>(2.659)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		(56.533)	(89.054)
Resgate de debêntures		-	(30.415)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(56.533)</b>	<b>(119.469)</b>
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(5.008)</b>	<b>4.981</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	37.878	42.886
<b>Variação no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(5.008)</b>	<b>4.981</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 ( Em Milhares de Reais )

	NE nr.	31/12/2019	31/12/2018		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	236.070	308.917		
<b>Total</b>		<b>236.070</b>	<b>308.917</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Energia Elétrica comprada para revenda	29	23.428	27.180		
Encargos de uso da rede elétrica	29	14.180	12.808		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	4.749	5.937		
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	10.408	12.424		
Outros insumos	29 e 30	456	490		
<b>Total</b>		<b>53.221</b>	<b>58.839</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>182.849</b>	<b>250.078</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	29 e 30	<b>27.741</b>	<b>25.414</b>		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>155.108</b>	<b>224.664</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	31	2.390	1.750		
<b>Total</b>		<b>2.390</b>	<b>1.750</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>157.498</b>	<b>226.414</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	31/12/2019	%	31/12/2018	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários	30.1	3.173		2.703	
Planos previdenciários e assistencial	30.1	514		774	
Benefícios	30.1	320		296	
Encargos sociais - FGTS	30.1	95		90	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
<b>Total</b>		<b>4.102</b>	2,6	<b>3.863</b>	1,7
<b>Governo</b>					
Federal	28 e 30.1	32.042		54.914	
Estadual	30.1	1		8	
Municipal	30.1	18		16	
<b>Total</b>		<b>32.061</b>	20,4	<b>54.938</b>	24,3
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	31	95.118		91.052	
Arrendamentos e aluguéis	30.1	92		230	
<b>Total</b>		<b>95.210</b>	60,5	<b>91.282</b>	40,3
<b>Acionistas</b>					
Dividendos intercalares distribuídos	27.5	26.332		46.130	
Adiantamento a acionistas	27.6	(207)		19.083	
Dividendos adicionais propostos	27.4	-		11.118	
<b>Total</b>		<b>26.125</b>	16,6	<b>76.331</b>	33,7
		<b>157.498</b>	100	<b>226.414</b>	100

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "





## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Levantadas em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência instalada (MW)	Energia assegurada (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	<b>246,411</b>	<b>140,300</b>

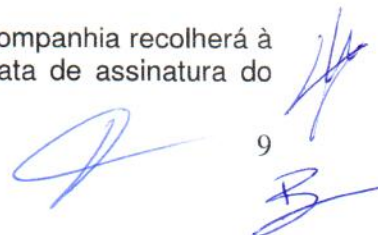
### 2. Concessão

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do



contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31.01.2020.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### 4. Principais Políticas Contábeis

##### 4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

##### a) Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

##### b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

##### c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<u>Ativo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado

<u>Passivo</u>	<u>Categoria Original (IAS 39)</u>	<u>Nova Categoria (IFRS 9)</u>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

### **Ativos Financeiros**

#### **4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### **Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio**

#### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

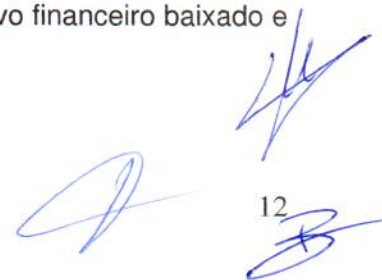
São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

#### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.



## 4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## 4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

### 4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

*Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.*

### 4.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

#### **4.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **4.5 Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

#### **4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.7 Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%.

A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2020 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

##### **Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019**

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

#### **4.8 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

##### **Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019**

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

## 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos conta movimento		16	99
Aplicações financeiras de curto prazo		37.862	42.787
		<b>37.878</b>	<b>42.886</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98,30% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldos em 31.12.19	Saldos em 31.12.18
<b>Suprimentos de energia elétrica</b>					
COPEL Distribuição S/A	-	-	-	-	24.687
COPEL Comercialização S/A	691	-	-	691	641
ECEL Eletron Comercializ. Energia	10.114	-	-	10.114	-
Engie Brasil Energia	3.349	-	-	3.349	-
CCEE Camara Comerc. Energia Elet.	33.808	-	-	33.808	4.881
	<b>47.962</b>	-	-	<b>47.962</b>	<b>30.209</b>

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, dos ativos recebíveis, devido ao histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.

## 7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.



	31.12.19	31.12.18
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	-	24.687
Copel Comercialização S.A.	691	641
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	1.245	1.137
Copel Geração e Transmissão S.A.	862	784
<b>Controlador</b>		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	13.358
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações S.A.	-	5.725
<b>Resultado</b>	<b>31.12.19</b>	<b>31.12.18</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Distribuição S.A.	89.224	288.900
Copel Comercialização S.A.	7.835	7.550
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(14.180)	(12.808)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(9.119)	(8.090)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(784)	(725)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	(99)	(91)

## 8. Outros créditos

	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Serviços em Curso ( * )		5.191	4.753
Almoxarifado de manutenção e operação		52	7
Adiantamento a empregados		10	12
Devoluções de compras		2	-
		<b>5.255</b>	<b>4.772</b>

( \* ) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

**9. Tributos Compensáveis**

	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Tributos Compensáveis		1.212	-
		<b>1.212</b>	<b>-</b>

Pedido de Restituição referente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, pagos por estimativa, que com o Ajuste Anual superou o valor devido, constituindo assim no Saldo Negativo do tributo.

O valor do crédito com direito a atualização, foram corrigidos pela variação da taxa SELIC até 31.12.2019.

**10. Despesas Antecipadas**

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Seguro das usinas		88	90
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		-	3.032
		<b>89</b>	<b>3.123</b>

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei n° 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1°.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel n° 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL n° 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa

repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e  
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353

Mutação	31.12.2018	Amortização	Transf LP x CP	31.12.2019
Prêmio de risco - ativo circulante	3.032	(3.032)	-	-
Intangível	7.100	(386)	-	6.714
	<b>10.132</b>	<b>(3.418)</b>	-	<b>6.714</b>
Prêmio de risco a amortizar	3.032			-
Extensão de prazo da outorga	7.100			6.714

#### 11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

Descrição	Valores em R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>115</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>120</b>

#### 12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo

do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:

	31.12.2018	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.12.2019
<b>Ativo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	23.607	(1.253)	-	22.354
	<b>23.607</b>	-	-	<b>22.354</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)	-	-	(132)
	<b>(132)</b>	-	-	<b>(132)</b>
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>23.475</b>	<b>(1.253)</b>	-	<b>22.222</b>

### Realização dos créditos fiscais diferidos

31.12.2019	Ativo	Passivo
2020	1.253	-
2021	1.253	(132)
2022	1.253	-
2023	1.253	-
2024	1.253	-
2025	1.253	-
2026 a 2028	3.759	-
2029 a 2031	3.759	-
2032 a 2034	3.759	-
2035 a 2036	3.559	-
	<b>22.354</b>	<b>(132)</b>

### 13. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldo em 31/12/19		
		Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações / Transferências	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
<b>GERAÇÃO</b>	<b>378.174</b>	<b>253</b>	<b>(18.126)</b>	-	<b>(115)</b>	<b>360.186</b>	<b>245.663</b>	<b>605.849</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>374.485</b>	<b>142</b>	<b>(18.126)</b>	-	-	<b>356.501</b>	<b>245.663</b>	<b>602.164</b>
Terrenos	17.729	113	(984) *	-	-	16.858	3.053	19.911
Reservatórios, barragens e adutoras	198.441	-	(9.138)	-	-	189.303	132.401	321.704
Edif., obras civis e benfeitorias	40.731	14	(1.808)	-	-	38.937	25.848	64.785
Máquinas e equipamentos	117.411	11	(6.157)	-	-	111.265	83.881	195.146
Móveis e utensílios	173	4	(39)	-	-	138	480	618
<b>Em Curso</b>	<b>3.689</b>	<b>111</b>	-	-	<b>(115)</b>	<b>3.685</b>	-	<b>3.685</b>
Terrenos	43	83	-	-	(115)	11	-	11
Edif., obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	0	-	0
Máquinas e equipamentos	871	11	-	-	-	882	-	882
Material em depósito	2.775	17	-	-	-	2.792	-	2.792
<b>TRANSM. / CONEXÃO</b>	<b>5.725</b>	<b>2</b>	<b>(344)</b>	-	-	<b>5.383</b>	<b>3.544</b>	<b>8.927</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>5.725</b>	<b>2</b>	<b>(344)</b>	-	-	<b>5.383</b>	<b>3.544</b>	<b>8.927</b>
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	(1)	-	-	14	12	26
Máquinas e equipamentos	5.704	2	(342)	-	-	5.364	3.525	8.889
Móveis e utensílios	6	-	(1)	-	-	5	7	12
<b>ADM. CENTRAL</b>	<b>95</b>	<b>59</b>	<b>(33)</b>	-	-	<b>121</b>	<b>308</b>	<b>430</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>95</b>	<b>59</b>	<b>(33)</b>	-	-	<b>121</b>	<b>308</b>	<b>430</b>
Máquinas e equipamentos	61	56	(18)	-	-	99	50	149
Móveis e utensílios	34	3	(15)	-	-	22	258	281
	<b>383.994</b>	<b>314</b>	<b>(18.503)</b>	-	<b>(115)</b>	<b>365.690</b>	<b>249.515</b>	<b>615.206</b>

( \* ) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

#### 14. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

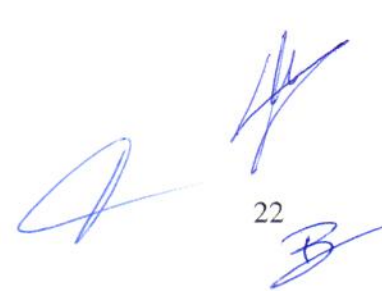
A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldos em 31/12/19		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capit aliza ções	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
<b>GERAÇÃO</b>	<b>163.595</b>	-	(9.102)	-	-	<b>154.493</b>	<b>121.210</b>	<b>275.703</b>
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>163.595</b>	-	(9.102)	-	-	<b>154.493</b>	<b>121.210</b>	<b>275.703</b>
Concessão - Uso de Bem Público	152.989	-	(8.569)	-	-	144.420	119.500	263.920
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	(142)	-	-	2.621	142	2.763
Créditos de Carbono	719	-	-	-	-	719	-	719
Repactuação Risco Hidrológico	7.100	-	(386)	-	-	6.714	1.559	8.273
Intangíveis	24	-	(5)	-	-	19	9	28
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>6</b>	-	(3)	-	-	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>15</b>
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>6</b>	-	(3)	-	-	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>15</b>
Softwares	6	-	(3)	-	-	3	12	15
<b>Total</b>	<b>163.601</b>	-	<b>(9.105)</b>	-	-	<b>154.496</b>	<b>121.222</b>	<b>275.718</b>

#### 15. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 31 de dezembro de 2019 e a seguinte:



	Edificações		
	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
<b>31.12.18</b>	-	-	-
Constituições	520	79	599
Depreciações	(133)	-	(133)
Amortizações	-	(34)	(34)
<b>31.12.19</b>	<b>387</b>	<b>45</b>	<b>432</b>

**16. Obrigações Sociais e Trabalhista**

Descrição	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Contribuições Previdenciárias Retidas		-	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		102	73
Bolsa Estágio		-	5
Provisão de férias e 13º salário		194	182
		<b>296</b>	<b>268</b>

**17. Fornecedores**

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Fornecedores	Vencimento	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo em	
							31.12.19	31.12.18
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.245	-	-	-	-	-	1.245	1.137
Suprimento CCEE	-	-	-	-	-	-	-	521
Compra Energia - Mercado Livre	1.577	-	-	-	-	-	1.577	1.467
Materiais e Serviços - Copel GET	862	-	-	-	-	-	862	785
Materiais e Serviços	-	-	-	-	-	-	-	86
							<b>3.684</b>	<b>3.996</b>

**18. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Descrição	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Imposto de renda - Lucro Real		8.795	27.017
(-) Imp. renda pago por estimativa		(4.324)	(5.551)
(-) Imp. Renda retido na fonte		(490)	(386)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		3.282	10.062
(-) Contr.Social pago por estimativa		(2.538)	(3.152)
		<b>4.725</b>	<b>27.990</b>

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:

Descrição	31/12/19	31/12/18
<b>Lucro líquido antes dos tributos</b>	<b>39.455</b>	<b>114.710</b>
<b>Ajustes ao lucro contábil</b>	<b>(2.980)</b>	<b>(2.903)</b>
<b>Adições de despesas indedutíveis</b>	<b>518</b>	<b>919</b>
Despesas Indedutíveis	518	8
Incentivos fiscais		911
<b>Exclusões de despesas dedutíveis</b>	<b>(3.498)</b>	<b>(3.822)</b>
Despesas Dedutíveis	(206)	
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(3.292)	(3.822)
<b>Lucro fiscal do período</b>	<b>36.475</b>	<b>111.807</b>
IRPJ e CSLL Correntes	12.078	37.079
Alíquota efetiva sobre lucro líquido antes dos tributos	30,61%	32,32%

19. **Outras Obrigações Fiscais**

Descrição	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Tributos retidos na fonte		226	202
Previdência Social INSS		47	62
FGTS		-	10
PIS e Cofins		1.121	2.008
		<b>1.394</b>	<b>2.282</b>

20. **Dividendos a Pagar**

	<b>19.083</b>
Dividendos adicionais exercício 2018	11.118
Lucro exercício 2019	26.125
Dividendos distribuídos no período	(56.533)
Adiantamento a acionistas	(207)
<b>Saldo de dividendos à pagar em 31/12/2019</b>	<b>-</b>



## 21. Encargos de Outorga ANEEL

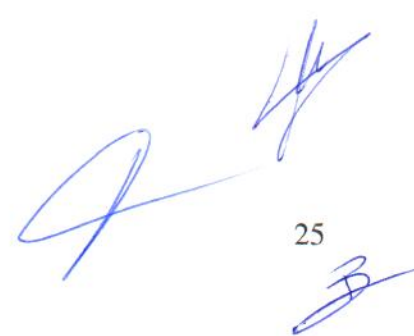
Em 31/12/2019 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 204 (duzentas e quatro) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.205.967 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 31/12/2017</b>	<b>58.411</b>	<b>449.149</b>	<b>507.560</b>
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Variação monetária	4.402	85.474	89.876
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>62.813</b>	<b>473.318</b>	<b>536.131</b>
Transferências	67.086	(67.086)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(48.086)	-	(48.086)
Variação monetária	4.588	90.123	94.711
<b>Em 31/12/2019</b>	<b>67.401</b>	<b>496.355</b>	<b>563.756</b>

Períodos	Valor nominal	Valor presente
2020	67.401	67.401
2021	67.401	60.722
2022	67.401	54.704
2023	67.401	49.283
2024	67.401	44.399
2025 a 2036	868.962	287.247
	<b>1.205.967</b>	<b>563.756</b>

## 22. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/12/2019 é a seguinte:



	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 31/12/18</b>	<b>212</b>	<b>105</b>	<b>7.095</b>	<b>-</b>	<b>7.412</b>
Constituições	878	439	878	-	2.195
Juros SELIC	-	-	39	-	39
Recolhimentos	(954)	(476)	-	-	(1.430)
Conclusões	-	-	(576)	-	(576)
<b>Em 31/12/19</b>	<b>136</b>	<b>68</b>	<b>7.436</b>	<b>-</b>	<b>7.640</b>

**23. Outras contas a Pagar**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		354	1.027
Direito de Uso - Edificações		153	-
Cauções em garantia		-	9
		<b>507</b>	<b>1.036</b>

**24 Benefício pós Emprego**

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

**24.1 Plano de benefício previdenciário**

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

**24.2 Plano Assistencial**

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora

no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

<b>Mutação</b>	<b>circulante</b>	<b>não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31.12.2018</b>	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	191	-	191
Ganhos / perdas atuariais (Laudo)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(191)	-	(191)
<b>Em 31.12.2019</b>	-	-	-

## 25. Litígios Regulatórios

	Ajuste Único Liminares Garantia Física	Ajuste Único Liminares Garantia Física - RRH Repasse Risco Hidrologico	Ajuste Único Liminar -Total com RRH
<b>31.12.18</b>	-	-	-
Créditos - CCEE	10.850	1.468	12.318
Débitos - CCEE	(1.909)	-	(1.909)
<b>31.12.19</b>	<b>8.941</b>	<b>1.468</b>	<b>10.409</b>

Créditos atribuídos a Companhia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes do deferimento do pedido de antecipação da tutela recursal, conforme Ação Ordinária Nr. 1018438-81.2017.4.01.3400, em tramite na JFDF - Justiça Federal do DF - 16ª VARA a fim de que sejam suspensos os efeitos da Portaria MME n. 178/2017, que reduziu a garantia física, mantendo-se os valores originais gerados pelas Usinas UHEs Fundão e Santa Clara.

## 26. Provisão para Contingências

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível e ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como Possível.

<b>Modalidade de ação</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31.12.19</b>	<b>31.12.18</b>
Ações trabalhistas		2.069	2.169
Ações cíveis		965	2.233
Desapropriações e patrimoniais		9.179	6.936
		<b>12.213</b>	<b>11.338</b>

### **Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações**

#### **a) Trabalhistas**

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundão Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

---

**Autos:** 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava      **Valor Estimado:** R\$ 2.069

**Situação Atual:** Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), foi reformada para subsidiária, após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Processo em cumprimento de sentença contra Triunfo e demais empresas do Grupo Triunfo.

#### **b) Cíveis**

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

---

**Autos:**0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª Cível - Guarapuava,      **Valor Estimado:** R\$ 200

**Situação Atual:** Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

---

**Autos:**0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava,      **Valor Estimado:** R\$ 765

**Situação Atual:** Fase instrutória.

#### **c) Desapropriações e patrimoniais**

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

---

**Autos:**53/2005 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 95  
**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:** 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286  
**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:**107/2003 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325  
**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

---

**Autos:**000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 6.228  
**Situação Atual:** Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

---

**Autos:** 0000207-28.2004.8.16.0134– 1ª Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 2.244  
**Situação Atual:** Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

---

**Autos:** 454/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 1  
**Situação Atual:** Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

## 27. Patrimônio Líquido

### 27.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/12/2019, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

## 27.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.

## 27.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

## 27.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:19) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083, propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, posterior aprovação da AGO.

Em 28 de março de 2019, a 18ª Assembléia Geral Ordinária deliberou pela transferência dos dividendos adicionais para dividendos a pagar.

## 27.5 Dividendos Intermediários

Em 08 de maio de 2019, na 65ª AGE Assembléia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 13.639 mil, referente ao lucro apurado no 1º trimestre de 2019. Em 13 de agosto de 2019, na 67ª AGE Assembléia Geral Extraordinária, pela distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$ 5.224 mil, referente ao lucro apurado no 2º trimestre de 2019. E, em 27 de novembro, na 69ª AGE pela distribuição do lucro apurado no 3º trimestre no valor de R\$ 7.469 mil.

**27.6 Adiantamento a acionistas**

A companhia distribuiu durante o exercício de 2019 um montante de R\$ 26.332 mil, referente ao levantamento de balanços intermediários. Contudo, em 31/12/2019 restou verificado um resultado anualizado de R\$ 26.125 mil. Assim, o excesso de R\$ 207 está alocado a título de Adiantamento aos Acionistas no grupo Ativo Não Circulante para futura amortização.

**28. Receita Líquida**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
<b>Geração</b>		<b>209.508</b>	<b>296.450</b>
Venda de Energia UHEs		201.673	288.900
Venda de Energia PCHs		7.835	7.550
<b>Comercialização</b>		<b>26.562</b>	<b>12.440</b>
MCP - CCEE		24.764	6.909
Revenda Energia MCP		1.798	5.531
<b>Receita Bruta</b>		<b>236.070</b>	<b>308.890</b>
Contribuição para PIS		(2.756)	(2.138)
Contribuição para COFINS		(12.698)	(9.869)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.196)	(2.941)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(17.650)</b>	<b>(14.948)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>218.420</b>	<b>293.942</b>

**29. Custos Operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Materiais		(389)	(323)
Serviços de Terceiros		(8.793)	(10.706)
Depreciação		(18.470)	(16.420)
Amortização		(9.105)	(8.961)
Seguros		(461)	(480)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(4.749)	(5.937)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(751)	(631)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(14.180)	(12.808)
Compra de Energia - CCEE		(1.826)	(521)
Compra de Energia - Mercado Livre		(18.569)	(17.562)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(3.033)	(9.098)
Outros custos		(106)	(103)
		<b>(80.432)</b>	<b>(83.550)</b>

### 30. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

#### 30.1 Despesas Administrativas

Descrição	Saldos em	31/12/19	31/12/18
Pessoal		(2.140)	(1.991)
Administradores		(1.962)	(1.872)
Material		(48)	(32)
Serviços de Terceiros		(717)	(880)
Depreciação		(166)	(32)
Arrendamento e Aluguéis		(92)	(230)
Seguros		(2)	(3)
Tributos		(329)	(980)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	(8)
Outras despesas		(348)	(380)
Outras receitas		-	27
		<b>(5.804)</b>	<b>(6.381)</b>

### 31. Resultado Financeiro

	Saldos em	31/12/19	31/12/18
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		2.159	1.704
Juros e correções de tributos		226	-
Outras receitas		5	46
		<b>2.390</b>	<b>1.750</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros e encargos - debêntures		-	(1.002)
Encargos da concessão - UBP		(94.711)	(89.877)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(16)	(76)
Direito de Uso - Juros incorridos		(34)	-
Juros e correções - P & D		(39)	(96)
Encargos liquidações CCEE		(86)	-
Encargos Moratórios		(232)	-
		<b>(95.118)</b>	<b>(91.051)</b>
		<b>(92.728)</b>	<b>(89.301)</b>

### 32. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a



contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2019 a 11.03.2020	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
TOQUIO MARINE	16.05.2019 a 16.05.2020	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.476
<b>Total</b>				<b>461</b>	<b>304.092</b>

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

### 33. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

### 34. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

### 35. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/12/19		31/12/18	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos conta movimento	5	16	16	99	99
Aplicações financeiras	5	37.862	37.862	42.787	42.787
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	47.962	47.962	30.209	30.209
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>85.840</b>	<b>85.840</b>	<b>73.095</b>	<b>73.095</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Total dos passivos financeiros</b>		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

### Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/19	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	1	1
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	08/10/2019	11/09/2024	Custo amortizado	6.119	6.119
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	21/10/2019	24/09/2024	Custo amortizado	675	675
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	08/11/2019	15/10/2024	Custo amortizado	13.549	13.549
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	09/12/2019	12/11/2024	Custo amortizado	13.059	13.059
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	23/12/2019	26/11/2024	Custo amortizado	831	831
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	20/11/2019	24/10/2024	Custo amortizado	695	695
CDB - Banco do Brasil	96,00	04/10/2019	24/09/2021	Custo amortizado	2.932	2.932
					<b>37.872</b>	<b>37.872</b>



**João Biral Junior**  
Diretor Presidente



**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro



**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Acionistas e aos Conselheiros da**  
**ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A.**  
**Curitiba - PR**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### **Impairment do ativo imobilizado e Intangível**

“Redução ao valor recuperável de ativos”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos classificados no grupo do imobilizado e Intangível somam o montante de R\$ 520.186 mil. Potenciais perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de bens do ativo imobilizado são determinadas com base em estimativas do valor em uso desses ativos. O cálculo do valor em uso requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como: (i) Taxa de desconto utilizada equivalente a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo; (ii) O espaço de tempo do valor em uso (considera até Maio/2037 – fixado como término da concessão); (iii) O fluxo de caixa projetado de acordo com as expectativas de geração de caixa, deduzidos dos gastos de PMSO. Em função do valor recuperável dos ativos superar o valor dos registros contábeis, é desnecessário o reconhecimento de perdas por *impairment*.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos de *impairment* e das premissas adotadas. Quanto às premissas, constatamos que são realizadas de acordo com as resoluções adotadas pela Copel.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação da perda por *impairment* são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

*Handwritten signature*

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

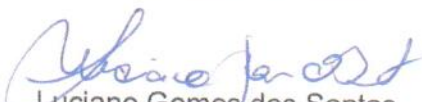
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico



Luciano Gomes dos Santos  
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico





## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

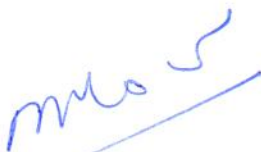
**Aos**

**Administradores e Acionistas da**

**ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A**

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração e da proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, emitido sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2019, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, PR, 20 de março de 2020.



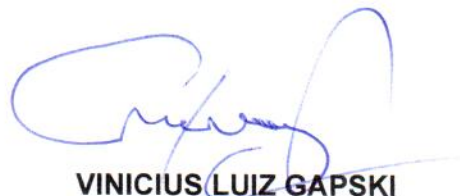
**MARCELO COSER**

Presidente



**SILVIO PAULO LOHMANN**

Conselheiro



**VINICIUS LUIZ GAPSKI**

Conselheiro